Evento: XXVI Seminário de Iniciação Científica

AVALIAÇÃO DA ADESÃO E ACEITABILIDADE DA MERENDA ESCOLAR EM UMA ESCOLA DE REDE PÚBLICA MUNICIPAL[1]
EVALUATION OF THE ACCESSION AND ACCEPTABILITY OF SCHOOL FEEDING IN A SCHOOL OF MUNICIPAL PUBLIC NETWORK

João Carlos Ganacini[2], Bruna Denise Torquetti[3], Bruna Letícia Endl Bilibio[4], Maristela Borin Busnello[5]

[1] Projeto desenvolvido na disciplina de Estágio em Saúde Coletiva I
[2] Aluno do Curso de Graduação em Nutrição da UNIJUÍ, joaoganacini@hotmail.com.
[3] Aluna do Curso de Graduação em Nutrição da UNIJUÍ, brunadenise1996@hotmail.com.
[4] Aluna do Curso de Graduação em Nutrição da UNIJUÍ, bruna_endl@hotmail.com.
[5] Professor Doutor do Departamento de Ciências da Vida, Curso de Nutrição, marisb@unijui.edu.br;

INTRODUÇÃO

As fases da infância e adolescência são marcadas por um período de intenso crescimento e necessidades nutricionais elevadas. Cabe ressaltar que o rendimento escolar em ambas as fases está direta¬mente relacionado com a alimentação, pois escolares desnutridos e com carências nutricionais específicas apresentam dificuldades de concentra¬ção, comprometendo o seu desenvolvimento e sua aprendizagem (BRASIL, 2012).

Na perspectiva de garantir uma alimentação adequada e saudável aos escolares, foi implantado, em 1955, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que é atualmente o mais antigo programa do governo brasileiro da área da alimentação escolar e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), e visa à garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável (BRASIL, 2017).

O programa atende todos os alunos inscritos na educação básica, matriculados em escolas públicas, filantrópicas, comunitárias e escolas federais (BRASIL, 2017). O PNAE tem por objetivo atender as necessi¬dades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar, e ainda promover a formação de hábitos alimentares saudáveis (BRASIL, 2012).

Para a garantia de sucesso do programa é necessário que ocorra adesão dos escolares, e isto está estritamente relacionado à aceitação da alimentação oferecida (TEO, 2009). O índice de aceitabilidade é uma importante ferramenta que permite avaliar o serviço ofertado pelas escolas no fornecimento de refeições. Também é um meio de se evitar o desperdício de alimentos e garantia do emprego adequado dos recursos públicos (CECANE, 2010). O Teste de Aceitabilidade é um conjunto de procedimentos metodológicos, cientificamente reconhecidos, destinados a medir o índice de aceitabilidade da alimentação oferecida aos escolares (BRASIL, 2017).

O objetivo do presente trabalho é relatar os resultados de um teste de aceitabilidade desenvolvido em uma escola municipal de ensino fundamental do município de Ijuí durante o Estágio em Saúde Coletiva I do Curso de Nutrição.

Evento: XXVI Seminário de Iniciação Científica

METODOLOGIA

O teste de aceitabilidade foi realizado como parte das atividades do Estágio em Saúde Coletiva I, por alunos do curso de Nutrição da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, em uma escola municipal do município de Ijuí – RS, avaliando-se o grau de adesão e aceitabilidade da merenda escolar. O teste foi realizado com crianças do gênero feminino e masculino, na faixa etária de 7-12 anos, incluindo as turmas do 1º ao 5º ano do ensino fundamental do turno da tarde, totalizando 31 alunos. A preparação avaliada foi um bolo de maçã com aveia.

O método escolhido para avaliação da preparação foi a Escala Hedônica Gráfica/Verbal adaptada (Figura 1) (CECANE, 2010), sendo que a criança deverá realizar a marcação na Ficha de Avaliação, indicando na escala o seu grau de satisfação em relação à preparação servida (BRASIL, 2017).

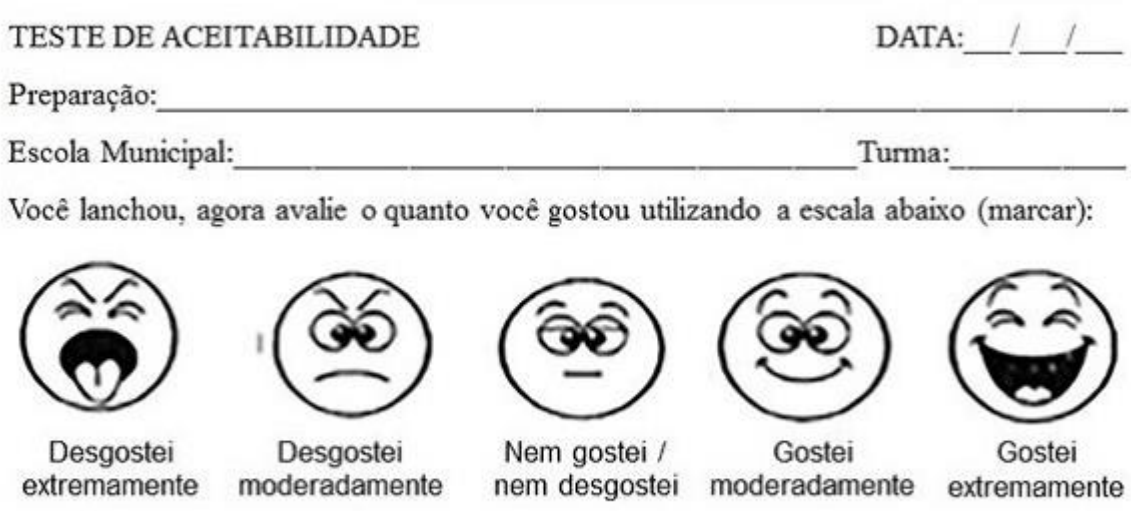

Figura 1. Fonte: Adaptado de CECANE, 2010.

Os alunos realizaram a refeição no refeitório da escola, e em seguida ao se dirigirem para suas salas após o intervalo se realizou a aplicação do teste. Inicialmente se distribuiu uma ficha para cada aluno e em seguida foi realizada uma explicação sobre o que é o teste de aceitabilidade e como preencher a ficha. Os alunos que não consumiram a refeição não responderam ao teste e como forma de identificação tiveram um X marcado nas suas fichas, os demais preencheram conforme solicitado. Posteriormente as fichas foram recolhidas para análise.

A análise dos dados do teste foi realizada conforme orientações descritas no Manual para aplicação dos testes de aceitabilidade no PNAE (BRASIL, 2017).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Estavam presentes na escola 59 alunos, dos quais 31 (53%) participaram da realização do teste de aceitabilidade e 28 (47%) não participaram, pois não consumiram a merenda escolar neste dia.

Foi possível observar que dos 31 participantes, 15 (48%) gostaram extremamente, 06 (20%) gostaram moderadamente, 05 (16%) nem gostaram/nem desgostaram, 03 (10%) desgostaram moderadamente e 02 (6%) desgostaram extremamente.

Segundo o Manual para Aplicação dos Testes de Aceitabilidade do PNAE, para uma preparação ser considerada aceita, ela necessita somar o percentual das expressões gostei extremamente e gostei moderadamente ≥ a 85% (CECANE, 2010). Desta forma a preparação servida classificou-se como não aceita, pois atingiu apenas 68% de aceitabilidade de acordo com a análise.

Um dos possíveis fatores responsáveis pela não aceitação da preparação servida consiste em ser um cardápio simples. Aliado a isso algumas preparações podem não despertar o interesse visual dos escolares, em virtude da não prevalência de cores diferentes (DOS SANTOS; VIEIRA, 2015).

Na pesquisa de Muniz e Carvalho (2007), se evidenciou diferentes motivos alegados pelos escolares para não consumir a merenda escolar, entre eles estavam à presença de preparações que não coincidem com as suas preferências alimentares, inapetência no momento de consumir a merenda, preferência por alimentos levados de casa, achar que a preparação não estava saborosa, e alimentos diferentes de suas tradições alimentares (RAPHAELLI, 2017), podendo estes motivos ter influenciado na realização do teste aqui relatado.

Em relação ao índice de adesão, perante a necessidade de estabelecer um critério de referência, o PNAE utiliza como pontos de corte os valores obtidos em estudo realizado pela Faculdade de Engenharia de Alimentos da Universidade de Campinas (STURION, 2002). Sendo os percentuais classificados em quatro categorias: alto (acima de 70%), médio (50 a 70%), baixo (30 a 50%) e muito baixo (menor que 30%) (CECANE, 2010). Conforme a análise o índice de adesão classificou-se em médio, pois se encontra em 53%.

Um dos fatores que pode ter influenciado a adesão abaixo do preconizado pelo PNAE, foi a presença de alimentos ultra processados trazidos de casa pelos alunos, pois a escola não mantém cantina para comercialização de tais produtos. Em sua pesquisa Muniz e Carvalho (2007) verificaram que além dos alimentos oferecidos na merenda escolar, mais da metade dos escolares relatou também ingerir alimentos trazidos de casa, em sua maioria alimentos industrializados, realidada semelhante à encontrada na escola.

Matihara, Trevisani e Garutti (2010), encontraram achados semelhantes, observando que alunos que não consumiam a merenda ofertada pela escola, traziam de casa principalmente bolachas recheadas, salgadinhos tipo “chips”, doces e outras guloseimas.

Já Da Silva, et al. (2013), verificaram que os alunos que não consumiram alimentos industrializados, quer comprados em ambiente escolar ou trazidos de casa, apresentaram o dobro de chance de aceitação e maior adesão a merenda escolar. Segundo os mesmos pesquisadores os alunos que partiparam de atividades de educação alimentar e nutricional também apresentaram maior chance de aceitação e adesão à merenda escolar.

Portando, consumir itens externos à alimentação escolar fornecida pela instituição pode ser visto como uma influência negativa para o consumo da alimentação escolar (Hernández; Slavutsky; Padilha, 2008). Conforme Boog (2004), todos os alimentos consumidos na escola, sejam eles procedentes da merenda escolar, lanches trazidos de casa ou de cantinas, devem ser nutricionalmente adequados e saudáveis, atendendo os propósitos preconizados pela educação nutricional e também previstos no PNAE.

Evento: XXVI Seminário de Iniciação Científica

A baixa adesão à alimentação escolar aliada ao consumo de produtos industrializados e de baixo valor nutricional representa desperdício de recursos públicos, e constitui risco para a saúde dos escolares. Sendo assim o consumo da alimentação escolar deve ser amplamente estimulada, através da realização de educação alimentar e nutricional, garantindo a formação de hábitos alimentares saudáveis (HERNÁNDEZ; SLAVUTSKY; PADILHA, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das evidências encontradas de não aceitação da preparação servida e adesão abaixo do esperado, verifica-se que há necessidade de realizar ações de educação alimentar e nutricional com os escolares, a fim de conscientizar também suas famílias sobre o consumo de alimentos saudáveis e da importância da alimentação escolar como forma de reduzir e/ou restringir o consumo de alimentos ultra processados no ambiente escolar e melhorar a qualidade da alimentação dos escolares.

Ainda verifica-se que o número de alunos participantes do teste foi abaixo do preconizado pelo Manual de Aplicação do PNAE, que seria pelo menos cem participantes, sugere-se então que se realize um novo teste na escola com os alunos dos turnos matutino e vespertino, obtendo-se maior grau de confiabilidade do teste.

Palavras-Chave: Alimentação Escolar; Estudantes; Comportamento Alimentar.
Keywords: School Feeding; Students; Feeding Behavior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOOG, M. C. F. Contribuições da Educação Nutricional à Construção da Segurança Alimentar. Saúde em Revista, Piracicaba, v. 6, n. 13, p. 17-23, 2004.

CECANE. Manual para aplicação dos testes de aceitabilidade no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Santos: Universidade Federal de São Paulo, 2010.

DA SILVA, C. A. M. et al. O Programa Nacional de Alimentação Escolar sob a ótica dos alunos da rede estadual de ensino de Minas Gerais, Brasil. Ciência e Saúde Coletiva, v. 18, n. 4, p. 963-969, 2013.

DOS SANTOS, D. P.; VIEIRA, A. R. R. Avaliação da adesão e aceitabilidade da merenda escolar em uma escola estadual de Aragarças – GO. Revista Univar, v. 1, n. 13, p. 87-93, 2015.

BRASIL, MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO, FNDE, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Manual de orientação para a alimentação escolar na educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e na educação de jovens e adultos. 2º ed. Brasília: Ministério da Educação. 2012.

BRASIL, MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO, FNDE, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Manual de apoio para atividades técnicas do nutricionista no âmbito do PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar. Brasília: Ministério da Educação. 2017.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, FNDE Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Manual para aplicação dos TESTES DE ACEITABILIDADE no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). 2ª Edição, 20717.

HERNÁNDEZ, A. B.; SLAVUTSKY, S. M. B.; PADILHA, D. M. P. Avaliação do consumo da merenda escolar em escolas municipais de Porto Alegre. Revista da Faculdade de Odontologia de Porto

Alegre, Porto Alegre, v. 49, n. 1, p. 26-30, jan./abr.2008.
MATIHARA, C. H.; TREVISANI, T. S.; GARUTTI, S. Valor nutricional da merenda escolar e sua aceitabilidade. Revista Saúde e Pesquisa, Maringá, v. 3, n. 1, p. 71-77, jan./abr. 2010.
MUNIZ, V. M.; CARVALHO, A. T. O Programa Nacional de Alimentação Escolar em município do estado da Paraíba: um estudo sob o olhar dos beneficiários do programa. Revista de Nutrição, Campinas, v. 20, n. 3, p. 285-296, maio/jun. 2007.
RAPHAELLI C. O. et al. Adesão e aceitabilidade de cardápios da alimentação escolar do ensino fundamental de escolas de zona rural. Brazilian Journal of food technology, Campinas, v. 20, 2017.
STURION, G.L. Programa de Alimentação Escolar: avaliação do desempenho em dez municípios brasileiros. 2001. 269 p. Tese (Doutorado) — Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia de Alimentos e Agricola, Campinas, SP, 2002.
TEO, C. R. P. A. et al. Programa nacional de alimentação escolar: adesão, aceitação e condições de distribuição de alimentação na escola. Nutrire: Revista da Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 165-185, dez. 2009.